

Peço a Palavra

Um parlamentar a serviço da Educação

Olívia Gurjão*

Sólón Borges dos Reis, educador, jornalista, poeta, escritor, foi deputado estadual por 20 anos consecutivos. É presidente do Instituto de Estudos Educacionais Professor Sud Mennucci¹ (INESTE), do Centro do Professorado Paulista (CPP), desde sua criação, em 1997.

Sólón esteve à frente do CPP durante quatro décadas, período em que a entidade construiu um edifício-sede de oito andares, na Avenida Liberdade, formou um patrimônio que consiste em clubes, colônias, campos esportivos e prédios, além de ganhar notoriedade nacional e internacional.

Seus mandatos parlamentares selaram o compromisso do deputado-educador com seu lema: “Só a educação do povo pode conduzir o Brasil a um grande destino”.

O perfil a seguir é fruto de dois depoimentos prestados pelo professor à equipe do Acervo Histórico² – um deles na sede do INESTE e outro na Assembléia Legislativa, com registro de imagens feito pela TV Assembléia, nos dias 3 e 6 de agosto de 2004, respectivamente – e pesquisa realizada nos arquivos da Assembléia Legislativa, no Instituto Sud Mennucci e nos sites das entidades citadas. Para realizarmos este trabalho contamos com o apoio de Renato Casaro, neto do professor Sólón Borges, e Damaris de Oliveira Gandolfi, sua assistente no INESTE.

Roberto Navarro

NA ROTA DAS FERROVIAS

Sólón Borges dos Reis nasceu em Casa Branca, interior de São Paulo, no dia 27 de junho de 1917, filho de Flávia e Júlio Borges dos Reis. Os pais chegaram à cidade poucos dias antes do seu nascimento, vindos de Guaxupé, em Minas Gerais. A morte precoce do primeiro filho do casal, Bernardino, no dia 20 de junho, fez com que adiantassem o retorno à Casa Branca, cidade onde se conheceram e casaram. Nem o receio da viagem de trem, pelo adiantado estado da gestação, conseguiu adiar a decisão do casal.

A estada da família em Casa Branca, no entanto, durou pouco, só o tempo necessário para cuidar do récem-nascido e novamente encarar a ferrovia



Sólón Borges dos Reis durante o depoimento prestado à equipe do Acervo Histórico, em 3 de agosto de 2004

* Jornalista, graduada em Comunicação Social pela Fundação Cásper Líbero; cursa especialização em Governo e Poder Legislativo no ILP/UNESP. É funcionária do Acervo Histórico da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. (oliviagurjao@ig.com.br)



O deputado Sólón Borges conversa com professores na antiga sede da Assembléia Legislativa, no Palácio das Indústrias, em 1961

rumo à Barra do Piraí, no Rio de Janeiro, no dia 5 de julho. O pai era gerente das lojas Singer, especializada em máquinas de costura e a mudança de cidades acompanhava a abertura de novas lojas. O convívio precoce com o balanço do trem despertou em Sólón uma paixão descrita em prosa e verso, como mostra o fragmento de seu poema *Sobre os Trilhos*:

*No banco do vagão de passageiros,
Ao balanço do trem, a luz mortiça
Velando pelo sono da criança
No regaço da mãe extenuada...*

Descendente de portugueses, Júlio estudou em Coimbra, escrevia poemas e deixou dois romances inacabados. Sua esposa, cuja beleza conquistara concursos de fotografia, descendia de italianos. Tinha habilidade para trabalhos manuais e paixão por nomes clássicos. A família de imigrantes vivia na região de Campinas, onde cresceu Sólón.

LEMBRANÇAS DA INFÂNCIA

Em Barra do Piraí o casal gerou mais três filhos, Varo, Ernane e um “que não vingou”. Da cidade a lembrança dos meninos pobres que comiam na tampa do queijo Palmira e brincavam nas ruas;

do Rio Piraí que deságua no Rio Paraíba do Sul... Sólón mergulha no tempo e, com um sorriso, lembra da Ferrovia Central do Brasil. Mão dadas com o pai, às vésperas de completar seus cinco anos de idade, foi ver os aviadores portugueses Sacadura Cabral e Gago Coutinho, que em 1922 concluíram a célebre travessia do Atlântico Sul³.

Aos cinco anos Sólón mudou-se para Campinas. O pai, doente, precisou retornar a São Paulo. A região de Campinas tinha mais recursos de atendimento à saúde e a família da esposa ajudaria a cuidar das crianças. Diagnosticada a tuberculose, Júlio Borges dos Reis foi para São José dos Campos, onde faleceu aos 32 anos. O menino Sólón foi internado no Liceu Nossa Senhora Auxiliadora, colégio salesiano, na turma dos menores.

A saudade da família, a lembrança do casario antigo, de janelas só na frente, onde residiam com a avó Anunciata, no Largo do Mercado, fez o menino saltar o muro do pomar e ganhar a rua. Voltou à cidade, mas novamente foi conduzido ao Liceu. Porém, a estadia durou pouco. Com seu saco de roupas sujas, estampado o número 82, foi à rouparia da unidade e encontrou nova chance para a fuga. Desta feita um carroceiro o levou para casa e Sólón não foi mais aceito no Liceu.

Finalmente conseguira desfrutar os folguedos com as crianças, as brincadeiras na enxurrada... A lembranças das cadeiras nas calçadas, da chegada do circo, outra paixão de sua infância, das fogueiras, dos balões, das frutas apanhadas no pé... Em seu poema *Sonho*, Sólón registra:

*Se fosse para sonhar
com o mundo das calçadas e quintais
e com os brinquedos
do tempo em que a gente pulava sela,
valeria a pena dormir
a vida inteira...*

O seu encontro com a Educação se deu no Grupo Escolar Francisco Glicério, o mais antigo de Campinas, onde cursou o primário, o ginásio e a Escola Normal. O curso primário era anexo à Escola Normal. Ele lembra que estudou 10 anos nesta escola. No primário foi aluno de Dona Jandira, que reencontrou mais tarde em São Paulo e, junto com outros amigos, cuidou até a morte.

O menino Sólón tentou mais uma aventura: embarcar para São Paulo! Não tinha idéia do que faria na cidade, mas o fascínio pela estação, a viagem no trem...

Foi resgatado pelo tio garçom, que o segurou pelo braço e ordenou:

– Vamos prá casa, Solito!

Rindo, conta que até hoje é grato ao tio e, por isso, tem muita consideração com quem é garçom.

O PRECOCE ADOLESCENTE

Solito não veio para São Paulo, continuou seus estudos em Campinas, mas manteve a precoce idade. Ainda estudante, iniciou sua carreira de jornalista. Escrevia no *Diário do Povo* a coluna literária “Minuto de Eva” e também substituiu o repórter policial Durval Cardoso, o Grilo. Em 1932, impedido de participar da Revolução Constitucionalista, pela pouca idade, escreve o artigo “Dulce et decorum est pro patria mori”, uma citação de Horácio, que expressava seu sentimento: é doce e agradável morrer pela Pátria.

Em 1933 lançou o tablóide *O Normalista*, que circulou até 1953. No ano seguinte (1934), com 17 anos, lança a revista de variedades *Nirvana*, onde exercia a função de redator-chefe. Sólón lembra das matérias sobre Carmem Miranda, do centenário de Carlos Gomes, em 1936, quando convidou jornalistas de São Paulo para cobrir o

evento. Uma grande festa. *Nirvana* encerrou suas atividades em 1938.

Da vida escolar, guarda doces recordações. No Estado de São Paulo haviam dez Escolas Normais, todas equipadas com bibliotecas e toda a infra-estrutura necessária. “Os edifícios eram solidamente construídos, os professores eram especializados. Tínhamos Escolas Normais em Pirassununga, Piracicaba, construídas em 1893 e 1897, em Botucatu, Campinas, Casa Branca, Guaratinguetá... essa de 1902. Em São Paulo, além da Caetano de Campos, construída por Prudente de Moraes no século XIX, tinha uma no Brás, só para mulheres”, lembra o mestre, saudoso da força que outrora teve a educação.

Concluiu o Curso Normal em 1935 e sua turma sempre comemora a formatura num encontro realizado no primeiro sábado do mês de dezembro. Sorri e diz que não sabe como será, “Eis-nos aqui, diante da porteira. É o fim da estrada?”⁴

Sólón viveu em Campinas até 1937. Participava do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas, sendo um dos criadores da Ala Moça da entidade, em 1936. Eleito orador da Ala, Sólón



Capa da primeira edição da revista *Nirvana* (novembro de 1934)

reafirma “o prestígio da gente moça dentro da sociedade moderna... essa vantajosa posição que a mocidade dos nossos dias ocupa no mundo atual, explica claramente os avanços da juventude em todos os ramos das atividades humanas. Campinas, nesta sua fase de inegável progresso que está empolgando completamente, goza da cooperação de sua mocidade empreendedora, cooperação essa que se faz sentir em tudo”⁵.

Em 1935 foi eleito orador da Associação Campineira de Imprensa, assumindo sua presidência no ano seguinte. Reconduzido ao cargo em 1937, abriu mão do novo mandato. Naquele ano visita redações de jornais em Coimbra e recebe, do Centro dos Correspondentes Estrangeiros, um “Porto de Honra”. Na ocasião, entrega-lhes mensagem de saudação e intercâmbio da Associação Brasileira de Imprensa, presidida, na época, por Herbert Moses.

Inquieto, inovador, récem-formado, repleto de sonhos, Sólon defende o ingresso da mulher na Academia Brasileira de Letras, em artigo publicado no *Correio Popular*, em 18 de outubro de 1936, quatro décadas antes do ingresso da primeira integrante feminina da ABL, Rachel de Queiroz, em 1977. Também em 1936 publica artigo sobre o polêmico tema “Porque convém o Divórcio”, no jornal carioca *A Pátria*.

O INÍCIO DA CARREIRA DE EDUCADOR

Formado em 1935 e interessado pela Educação, Sólon Borges dos Reis pretende lecionar literatu-

ra. Até então lecionara no Grupo Escolar “Professor João Lourenço Rodrigues” e no Curso Noturno de Taquaral, ambos em Campinas, e publicara seu primeiro livro, *Apostasia* (1937). Naquele tempo o ingresso na carreira dependia de indicação. Não havia concurso para preenchimento de vagas. Sua mãe se recorda, então, de um casal influente, do qual havia cuidado de um filho com eczema. “O eczema mudou minha vida”, relata Sólon.

A mãe enviou uma carta “que voltou grávida: trouxe a orientação para que procurasse o professor Ataliba Nogueira”⁶, conta o educador. Cumprida a orientação, descobriu que a tão desejada vaga para lecionar literatura na Escola Normal Caetano de Campos já estava preenchida. Na despedida, casualmente, Ataliba Nogueira lamenta o fato dele não se interessar por uma vaga em Casa Branca. Logo em Casa Branca!

A reforma da educação realizada por Fernando de Azevedo, que exerceu os cargos de diretor geral da Instrução Pública do Distrito Federal de 1926 a 1930 e de São Paulo em 1933⁷, incluiu a disciplina de Educação no curso Normal, destinando a ela uma vaga para professor titular e três vagas para professores assistentes. Estava aí a chance de assumir a função de professor assistente. Aceitou na hora. Seu sonho de educador estava se realizando. O salário, maior que o esperado, foi suficiente para ajudar a mãe e o irmão que estudava em São Paulo.

Despede-se de Campinas e assume como assistente de Educação, regendo a cadeira de Meto-

DAH-ALESPI



A foto de 1962 registra a homenagem prestada ao deputado pela criação de mais uma unidade educacional

dologia e Prática do Ensino, no Instituto Estadual de Educação “Doutor Francisco Thomaz de Carvalho”, em Casa Branca.

Uma desavença provocada por cinco minutos criou nova oportunidade para Sólón. Um dos professores assistentes dirigia o curso primário, anexo ao Instituto. A diretora impediu que um dos professores entrasse atrasado em aula. “Logo dona Inês, mulher do Tristão?”, questionou o superior, lembrando da assiduidade e compromisso da professora citada. Dias depois, a mesma diretora permitiu a entrada, com os mesmos cinco minutos de atraso, de outro professor. Foi a gota d’água. Sólón foi indicado para substituí-la. Enfrentou algumas resistências – afinal, tinha idade para ser filho das professoras –, mas logo conquistou o corpo docente.

Sólón ficou em Casa Branca de 1938 até 1940. Na época, relata, “existia proteção e eu não fui procurar. Podia ter ido, como fui anteriormente, mas não quis. Então fui lecionar em São Carlos”. Em Casa Branca escreveu e publicou os livros *Poesias Escolares* (1939) e *Imprensa e Educação* (1940).

A estada do professor Sólón Borges em Casa Branca foi produtiva. Desenvolveu uma pesquisa envolvendo 16.986 estudantes de 17 municípios paulistas, sobre as disciplinas de preferência dos escolares dos cursos primário, secundário fundamental e de formação profissional do professor primário (ver Anexo).

Em São Carlos o professor Sólón Borges era assistente geral da Instituto Estadual de Educação “Álvaro Guião”, onde lecionou Português e ocupou o cargo de Vice-Diretor. Já casado com dona Adiléia, com quem contraiu matrimônio em 16 de janeiro de 1939, dependia do salário para sustentar a família e o salário nunca era pago em dia.

Em 1941, publica o livro *Algumas Considerações sobre Programas Escolares* e muda-se para Aracatuba. O salário, então, pagava as despesas da família – o casal e a filha Raquel, nascida em 14 de abril de 1940 – e ainda era possível guardar uma quantia. No Instituto Estadual de Educação “Manoel Bento da Cruz”, Sólón ocupou o cargo de Vice-Diretor e, também, de Diretor Substituto, tendo ficado na unidade até 1944.

Mudou-se para Jaboticabal em 1944, assumindo a cadeira de História da Civilização no Instituto Estadual de Educação “Aurélio Arrobas Martins” e da cadeira de Educação – Psicologia e Pedagogia – na Escola Normal do Colégio Santo André, o último através de concurso público.

UM EDUCADOR EM LUTA

O ano de 1945 foi significativo na carreira de Sólón Borges. Saiu de Jaboticabal e veio lecionar em Santos, como titular da cadeira de Educação – Psicologia e Pedagogia – da Escola Normal Particular do Colégio “São José” e do Instituto Estadual de Educação “Canadá”, ambos através de concurso. Coordenou os primeiros Cursos de Férias no Departamento de Educação; participou da comissão instituída no Estado para a localização e construção de Escolas Rurais, sendo secretário da mesma, e assumiu a função de inspetor junto à Escola Normal do Liceu “Eduardo Prado”, que só deixou em 1955.

Sólón Borges dos Reis foi um dos fundadores, em 1945, da Associação dos Professores do Ensino Secundário e Normal Oficial do Estado de São Paulo (APESNOESP), que deu origem à APEO-ESP, hoje Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, do qual recebeu diploma de “lealdade ao ensino e à classe”.

Em 1945, Sólón também retoma a carreira de jornalista, mantendo uma seção diária no jornal *Correio Paulistano*, a “Correio Escolar”. No ano seguinte publica no *Jornal Trabalhista* (18/12/1946) reportagem sobre aspectos do feminismo no Estado de São Paulo, recebendo menção honrosa no concurso de reportagens jornalísticas promovido pelo Departamento Estadual de Informação e realizado pela Associação Paulista de Imprensa. Em 1946 Sólón assume, através de concurso, a cadeira de Educação – Psicologia e Pedagogia – da Escola Normal Municipal de Mogi das Cruzes.

Sólón integra, em 1947, a redação da revista estatal *Educação*, onde permanece até 1948; a comissão designada para opinar sobre livros didáticos, na Secretaria da Educação do Estado, e é designado para o gabinete do Secretário da Educação, com a finalidade de proceder a pesquisas educacionais. Mas o fato marcante do ano de 1947 foi a fundação da União Paulista de Educação (UPE), cruzada de educação popular e cidadania.

A UPE iniciou suas atividades com a distribuição de livros novos e usados para bibliotecas de navios estrangeiros com escala regular nos portos brasileiros, depois estendeu sua ação para cadeias públicas e sindicatos de trabalhadores. A partir da década de 1980 a UPE estende a distribuição de livros às bibliotecas municipais, escolas e outras instituições culturais de todo o país, até a pessoas que possam precisar deles para lei-

tura, trabalho ou estudos. Nos seus 50 anos de existência, a entidade havia distribuído 170 mil volumes. Segundo Sólón, “a coleta e doação de livros antes que fossem destruídos ou vendidos a peso de papel velho”, foi a atividade voluntária que mais marcou sua vida.

Em 1947, Sólón foi cronista parlamentar dos Diários Associados e secretário da Bancada de Imprensa na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, acompanhando, naquele ano, os trabalhos da Constituinte Estadual. Em 1948, o deputado estadual Manoel de Nóbrega, em discurso publicado no *Diário Oficial* de 23 de maio, diz:

“Sólón Borges dos Reis, outro jornalista credenciado junto a esta Assembléia, batalhador nº 1 contra o analfabetismo em São Paulo, pedagogo emérito, cujos trabalhos já transpuseram o território nacional, com uma sinceridade própria dos grandes, dizia-me, há dias, numa das salas desta Casa: ‘O problema do ensino no Brasil poderá ser resolvido se o Governo Federal chamar os técnicos, os especialistas, para discussão e troca de pontos de vista. Na improvisação, no desejo de que uma modificação sem uma diretriz firmemente traçada ou continuando com aquela frase tão conhecida dos brasileiros – deixar como está para ver como fica – qualquer reforma no nosso ensino só poderá trazer mais confusão ainda ao já tão confuso problema de nossa juventude.’ Essa afirmativa, senhor presidente, senhores deputados, é de um homem que há anos dedica as maiores horas de sua vida à pedagogia. De um paulista que possui trabalhos publicados em revistas e anuários de Repúblicas Americanas. De um professor capaz de fornecer preciosos elementos ao ensino brasileiro, de uma voz perfeitamente autorizada.”

A premiada *Revista Interamericana de Educación y Cultura Nueva Era*, de Quito, Equador, publica em 1948 seu artigo “Co-Educação”, “à qual ainda havia resistência na época”, explica. “Em todo o mundo, as mulheres sofreram ou sofrem preconceitos na luta pela igualdade de oportunidades, inclusive no mercado de trabalho. Hoje as mulheres são responsáveis por vencer barreiras sociais, nas carreiras profissionais, nas diversas áreas”, completa, lembrando a importância da educação conjunta de homens e mulheres.

Em 1948, publica os livros *Geografia e História do Brasil para recém alfabetizados* (co-autoria) e

Novas Poesias Escolares. Assume, na Capital, a cadeira de Educação – Pedagogia e História da Educação – do Instituto Estadual de Educação “Anhanguera”, e a cadeira de Educação – Psicologia e Pedagogia da Escola Normal do Colégio “Salete”, ambos através de concurso. No Colégio “Salete” permanece até 1954.

Ainda em 1948 é nomeado Assistente Geral do Departamento de Educação do Estado, permanecendo na função até 1950, ano em se formou em direito pela atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Neste período, Sólón atualizou programas do ensino primário e implantou, com histórica luta no Executivo, no Legislativo e no Judiciário, concursos anuais de remoção e ingresso para professores no ensino médio. Em 1949 Sólón promove a primeira campanha nacional por mais verbas para a educação.

NOVOS DESAFIOS

O ano de 1952 abre para Sólón novas frentes em defesa da Educação. O jornal *Correio Paulistano* publica coluna diária “A propósito da Educação”, assinada por ele. A coluna se mantém até 1955. Sólón também passa a colaborar, a partir de 1952, até 1965, com a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, publicada pelo Ministério da Educação. Ainda em 1952, assume a cadeira de Educação – Psicologia e Pedagogia da Escola Normal do Colégio “Manoel da Nóbrega”, na capital, onde fica até o ano seguinte.

Em 1954 assume a chefia de serviço do Ensino Secundário e Normal da Secretaria da Educação, cargo que renuncia durante assembléia da APESNOESP, entidade da qual era secretário, em solidariedade à categoria que discutia pendências salariais. Neste ano assume a cadeira de Educação – Psicologia e Pedagogia da Escola Normal do Colégio “Assumpção”, na Capital. Ainda em 1954, Sólón conclui o curso de Pedagogia na Universidade de São Paulo.

No ano seguinte assume a cadeira de Educação – Pedagogia e História da Educação no Instituto Estadual de Educação “Fernão Dias Pais”, na capital, onde permanece até 1956. Porém, o ano de 1955 é marcante na carreira do educador, que assume a Diretoria Geral do Departamento de Educação da Secretaria da Educação do Estado, no governo Jânio Quadros⁸.

No cargo, institui concursos para docentes e especialistas; criou as primeiras escolas estaduais para deficientes auditivos, com remuneração

adequada aos professores especializados e envio de professores para especialização no Instituto Nacional de Surdos. Criou os primeiros Museus Histórico-Pedagógicos no interior; a Escola Normal Rural em Piracicaba (1957) e o Colégio de Aplicação da USP (1956). No ano seguinte, último à frente do departamento, recebe o Troféu “Gloire au Travail” (Glória ao Trabalho), uma estatueta de bronze medindo 70 cm de altura, homenagem prestada pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP.

O professor Sólón Borges dos Reis havia recusado, em 1956, o convite para aceitar em caráter efetivo o alto cargo que ocupava. O fato foi publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, em sua edição do dia 15 de abril de 1956, através de editorial que destacava o raríssimo gesto de desprendimento. Questionado sobre a atitude, explica: “Havia me oposto publicamente à nomeação sem concurso, de quem quer que fosse, em caráter efetivo, pois é prejudicial ao serviço público. O cargo que ocupava era provido em comissão desde o Império. Nunca quis um cargo a qualquer preço”.

Em entrevista concedida ao jornal *Espaço Mulher*, o professor ressalta: “Trabalho em silêncio. Não me afobo, embora possa me afligir. Em posições nunca pleiteadas, exceto mandatos parlamentares por eleições diretas e nos concursos de títulos e provas. A vida não é o que buscamos, mas o que acontece, naturalmente, sem que tenhamos buscado.”

Sólón tentou, ainda, promover a Reforma do Ensino Normal, acrescentando um ano de aperfeiçoamento na formação do educador. Consegiu a aprovação e promulgação da lei, mas fora do departamento, de onde se desligou em 1957, não chegou a aplicá-la.

Em 1957 assume a presidência do Centro do Professorado Paulista, permanecendo na direção da entidade por 40 anos. O CPP ganha, neste período, maior estrutura estadual e dimensão nacional e internacional. Em 1957 Sólón também assume a vice-presidência da Confederação Americana de Educadores (CAE), no Uruguai, e as cadeiras de Literatura Infantil nos cursos de Aperfeiçoamento e de Administradores Escolares

DAH-ALESPI



Tarde de autógrafos, no lançamento do seu livro *A Maior Herança*, em 1965, da qual participou o ex-governador Carvalho Pinto, à direita do autor



Sólón Borges recebe a medalha da Constituição das mãos do presidente da Assembléia, deputado Francisco Franco, durante a Comemoração de 9 de Julho, em 1966. Detalhe para a presença do Comandante da Polícia Militar do Estado de São Paulo, General João Batista Figueiredo, à direita na foto

do Curso de Administração Escolar, do Instituto Estadual de Educação “Caetano de Campos”, na capital, e de Administração Escolar da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, de Santos, permanecendo nos cargos até 1958. De 1957 até 1965 também foi diretor superintendente da *Revista do Professor*.

Em 1958, à frente do CPP, promove uma grande mobilização de rua, pleiteando mais prédios para as escolas e melhores vencimentos para os professores, abrindo caminho para a criação do Fundo Estadual de Construções Escolares, reivindicado em documento encaminhado ao Governo do Estado, subscrito por todas as entidades do magistério. Sólón Borges concorre a uma vaga na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, pelo Partido Democrata Cristão (PDC), fazendo “dobradinha” com Franco Montoro, candidato a deputado federal.

O DESAFIO ELEITORAL

O PDC foi o primeiro partido político do educador. Fundado em 1945, sem o apoio da Igreja Católica, o PDC ganhou grande fôlego após o Congresso

Democrata Cristão, realizado em 1947, em Montevidéu, que teve a participação de Eduardo Frei, do Chile, de Rafael Caldera, da Venezuela e dos brasileiros Franco Montoro, então professor universitário e membro da Juventude Universitária Católica (JUC), e de Alceu Amoroso Lima. Montoro cria a Vanguarda Democrática e conquista o apoio da JUC e da Ação Católica. Políticos como Plínio de Arruda Sampaio e Antonio Queirós Filho compõem o PDC.

Na década de 1950 Queirós Filho assume a presidência do partido, até então exercida pelo Monsenhor Alfredo de Arruda Câmara, de Pernambuco. Em 1953 o crescimento do PDC foi comprovado com a eleição de Jânio Quadros à prefeitura paulistana, apoiado pela coligação PDC, PSB (Partido Socialista Brasileiro) e PTN (Partido Trabalhista Nacional). Em 1958, Juarez Távora (DF) e Nei Braga (PR) filiam-se ao PDC. No partido convivem políticos de diferentes pensamentos, divididos em três correntes, a conservadora, da qual participam, entre outros Arruda Câmara e Juarez Távora, a centro-reformista, mais conciliadora, da qual participam Franco Montoro, Sólón Borges, Aloysio Nunes, e a nacionalista-reformista,

representada por Plínio Arruda Sampaio, Chopin Tavares de Lima e Roberto Cardoso Alves.

Nas eleições de 1958, o PDC apóia a candidatura vitoriosa de Carvalho Pinto⁹ ao Governo do Estado, lançada pelo PTN-PSB, e desporta como a segunda agremiação mais importante de São Paulo, elegendo 11 deputados estaduais, entre eles Sólón Borges (eleito com 8.025 votos), Aloysio Nunes, Roberto Cardoso Alves, e Fernando Mauro Pires da Rocha.

Sólón assume seu primeiro mandato em 1959. Como parlamentar, se dedica prioritariamente à defesa da educação. A Assembléia Legislativa, então instalada no Palácio das Indústrias, não oferece infra-estrutura aos parlamentares, como gabinete, carro e assessoria. Sólón conta que era comum trabalhar até às 24 horas e ir à pé para casa, conversando... As proposições eram elaboradas pelo próprio parlamentar. A militância no CPP alimentava seu mandato.

O parlamentar manteve a curiosidade do menino Solito. A ele não bastava ouvir dizer, queria ver, conhecer, debater. Assim, no seu primeiro mandato, Sólón aceita um convite para conhecer a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e participar do Festival da Juventude, realizado em Viena, junto com uma delegação de parlamentares de todo o mundo. Volta maravilhado com a organização do evento. “A nota (sobre a paz) emitida pela mesa do encontro poderia ser subscrita por qualquer dos parlamentares de qualquer dos 12 partidos brasileiros, porque advoga a paz e a amizade de todos os povos”, registra Sólón em discurso após seu retorno.

A primeira viagem do parlamentar Sólón Borges o impressionara. Sobre a visita à URSS relata: “Pela minha própria convicção democrática e pela minha própria formação cristã de que não abri mão e nem pretendo abrir, jamais poderia recomendar a adoção das fórmulas educacionais que vi e das quais já tinha notícias na União Soviética para uso num país democrata. Mas estou absolutamente certo de que posso recomendar, posso pedir e posso entusiasmar-me com a determinação que se impôs o Estado Soviético de levar a sério a obra da educação e de, realmente, na prática, conseguir efetivar aquilo que tinha em mira. Para os objetivos da União Soviética, que não são os objetivos da educação democrata e da educação cristã, é um êxito integral o programa educacional que se desenvolve na União Soviética, tendo em vista os objetivos

que a filosofia da educação naquela nação pôs em evidência.”

O parlamentar aprendeu rapidamente a conviver e respeitar a diversidade, a debater idéias e buscar soluções para as políticas públicas. À viagem ao bloco socialista se sucederam inúmeras outras, para diversos países, em vários continentes. Solito ganhou o mundo. O trem já não poderia transportá-lo pelos caminhos traçados em sua vida.

MESTRE ATÉ NO PARLAMENTO

Sólón Borges dos Reis permaneceu na Assembléia por 20 anos, 5 mandatos consecutivos, de 1959 a 1979. Visitou, a convite, unidades educacionais dos EUA, da URSS, da República Popular da China e de Israel. Participou também das Assembléias Anuais da Confederação Mundial de Organização dos Profissionais do Ensino (CMOP-E) na França (1964); na Costa do Marfim (1969); no Quênia (1971); na Inglaterra (1972), nos Estados Unidos (1976), sempre se licenciando de suas funções no Legislativo paulista. O objetivo de suas viagens era estudar os aspectos do problema da educação. Chefiou, ainda, a delegação brasileira em congressos internacionais de ensino e magistério na Índia (1961), no Rio de Janeiro (1963) e na Alemanha Ocidental (1975).

Nos seus dois primeiros mandatos, Sólón elegeu-se pelo PDC, sendo o primeiro mais votado nas eleições de 1962, quando o partido elegeu 13 parlamentares¹⁰. Em 1962 Sólón se licencia da Assembléia para assumir a Secretaria de Estado dos Negócios da Educação, do Governo Carvalho Pinto, de 15 de maio a 5 de agosto daquele ano.

Em pronunciamento feito em 26 de abril de 1962, sobre o IX Simpósio do Menor em Jundiaí, Sólón diz: “Quando se despendem recursos e trabalho em favor do menor, é trabalho e é despesa abençoados, que o poder público e os representantes do povo devem aplaudir.” De volta à Assembléia, Sólón reafirma, a cada pronunciamento e propositura, sua luta por mais verbas para a educação, mais e melhores escolas. Insiste que não basta gastar mais, é necessário aplicar melhor os recursos.

À frente do CPP, Sólón lidera, em 1963, a primeira greve do magistério público, que é plenamente vitoriosa. Ele se lembra bem da assembléia da categoria, realizada em um cinema no Brás, na Capital. “Não era qualquer um que passava na rua que entrava. Ocupamos os lugares no cinema de forma ordenada. Para votar era necessário a

identificação. O ‘Estadão’ (jornal *O Estado de S. Paulo*) colocou na manchete: Mestres até na Greve”, relata o professor.

A assembléia decidiu pela greve. Sólon solicitou oito dias para intervir em favor da categoria. O professor encerra seu relato mostrando a disposição que tinham para resolver as reivindicações através do diálogo: “Procurei o Hilário Torloni, que era líder do governo na Assembléia; o governador Ademar de Barros; a primeira dama... Nada! No dia 15 de outubro fomos à greve.”

Seu mandato, embora aborde variados temas das políticas públicas, é centrado na questão da educação, do magistério e do funcionalismo público. A participação do parlamentar na condução da política educacional é inegável. Sólon é reconhecido dentro e fora do parlamento, dentro e fora das fronteiras do nosso país. O pronunciamento realizado em 6 de maio de 1964 caracteriza o perfil parlamentar do educador:

“Senhor presidente e nobres colegas, ao examinar o Plano de Desenvolvimento Integrado – PLADI – divulgado pelo Governo do Estado de São Paulo para ser desenvolvido nos anos de 1964, 1965 e 1966, é óbvio que teria de demorar-me particularmente no capítulo referente à matéria de minha especialidade, que é o problema da educação.

Logo na introdução fiquei satisfeito porque vi as minhas próprias palavras repetidas na sustentação de uma tese que sempre apregoei aqui e lá fora, a da importância da educação nos planos de desenvolvimento nacional.

As idéias que sustentei como educador, na cátedra, como homem público, em toda a oportunidade que me foi dada, e como parlamentar, desta tribuna e nas reuniões das comissões da Casa, estão aqui. (...) Realmente diz a introdução:

O investimento no ensino reveste-se de duplo significado: por um lado destina-se a preparar o homem como agente do processo de desenvolvimento; por outro, permite-lhe melhor usufruir dos resultados proporcionados por esse mesmo desenvolvimento.’

É o que sempre sustentei: a educação é necessária ao desenvolvimento na preparação dos técnicos, para ensejar o desenvolvimen-

to econômico, científico e social. Ainda que ela não fosse necessária, insistiria sempre. Ela seria indispensável ao povo porque se o desenvolvimento pudesse processar-se à revelia da educação, prescindindo da educação, seria imprensíndivel ao povo, porque precisa da educação para – palavras minhas aqui transcritas, página 385 do Plano – usufruir os resultados proporcionados por esse mesmo desenvolvimento. De nada adiantaria o processo material se a criatura humana não estivesse preparada no plano espiritual, no plano humano para usufruir as benesses do desenvolvimento material. (...) Realmente a educação é o problema básico da Nação brasileira. (...) De fato o Plano trata de maneira feliz de alguns aspectos fundamentais da educação popular em nossa terra, quando, por exemplo, enfoca o problema do ensino elementar. Todos nós devemos reconhecer que a escola primária é o alicerce da Nação e como alicerce é a sustentação de todo o processo educacional ulterior. A escola de nível médio, que é a escola imediatamente superior, só terá consistência quando a escola primária, alicerce de toda a programação educacional for sólida, efetiva, autêntica e consistente. (...) Por isto os governos devem preocupar-se essencialmente com a escola primária. Temos que nos preocupar com a escola primária, quer no campo da quantidade, quer no campo da qualidade.

Ainda agora, se fez um grande alarme ao redor dos problemas dos métodos para a alfabetização, quando se examinou o chamado método Paulo Freire – e que já tratei deste assunto nesta tribuna.

Não é um processo de alfabetização de maior ou menor alcance didático que irá resolver o problema do analfabetismo no Brasil, mas, sim, a adoção de uma política de educação capaz de acudir à clientela escolar onde quer que ela se encontre, levando a escola praticamente ao domicílio e atrairindo os educadores para a escola, permitindo-lhes, inclusive, a possibilidade de freqüentar, mais do que a possibilidade de nela matricular.

E se quisermos diminuir o alto índice de analfabetismo existente no Brasil, que é de mais de cinqüenta por cento, e o existente em São Paulo de aproximadamente trinta por cento (graças à migração interna de

elementos vindos de outros estados e sem alfabetização), teremos de dar escolas a todas as crianças em idade escolar. (...)

Promete o Estado, através do plano do ensino, dentro de três anos atender a essa população estudantil. Se sua promessa for cumprida, então na parte que diz respeito à quantidade, no que se refere à escola primária, teremos atingido uma meta apreciável.

(...) um dos pontos fracos do plano, no campo da educação, é a falta de indicação dos recursos financeiros. (...)

(...) Vimos que o ensino primário foi focalizado no seu aspecto preliminar, que é o aspecto da construção de escolas. Realmente, precisamos antes de mais nada ter escolas. Em segundo lugar ter boas escolas. (...) Enquanto grupos escolares funcionarem com duas horas ou menos por dia não teremos escola primária funcionando. A solução desse problema é difícil, porém, possível'.

MUDANÇA DE PARTIDO

O PDC abrigava políticos de várias matizes, a ética cristã dava-lhes a unidade necessária para o convívio partidário. Em vários momentos suas alas divergiam sobre as condutas a serem adotadas pelo partido. No plebiscito que decidiu pela volta do sistema presidencialista, por exemplo, em janeiro de 1963, o PDC liberou o voto dos seus filiados, evitando um confronto. O golpe militar de 1964 acirrou as contradições existentes entre os grupos.

A ala reformista, representada por Paulo de Tarso e Plínio Arruda Sampaio colocava-se contra o golpe, em defesa do governo constitucional, a ala conservadora, representada por Nei Braga e Juarez Távora, apoiava o levante militar. Embora Juarez Távora não tivesse participado das articulações que prepararam o golpe, na condição de líder do PDC na Câmara Federal, caracterizou a "iniciativa conjunta das forças armadas" como garantia da "sobrevivência dos princípios democráticos e cristãos".

DAH-ALESP

Em 9 de abril, com a edição do Ato Institucional nº 1, que instituiu a cassação de mandatos e a suspensão de direitos políticos, entre outras medidas, Plínio Arruda e Paulo de Tarso perdem seus mandatos. Sólon não se cala, registra seu repúdio contra as cassações de prefeitos e parlamentares.

Em 1965, na convenção nacional do partido foi lançada a candidatura de Franco Montoro para a presidência nacional do PDC, em oposição a Nei Braga, que tentava se reeleger. Apesar do apoio governista ao seu opositor, Montoro vence a convenção, diminuindo desta forma o comprometimento do PDC com o governo militar.

Em 27 de outubro de 1965, o governo edita o Ato Institucional nº 2 e extingue os partidos políticos. Está estabelecido o bipartidarismo no país. A bancada do PDC se divide entre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), governista, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição. Franco Montoro ingressa no MDB, Sólon Borges opta pela Arena, partido pelo qual se candidata e se elege deputado estadual por 3 mandatos. Em 1969, o Ato Complementar 47, de 7 de fevereiro, fecha a Assembléia e o recesso parlamentar só é suspenso em 1º de junho de 1970. No seu último mandato na Assembléia (1975/1979), Sólon foi o mais votado da legenda, conseguindo o expressivo número de 48.304 votos.

Questionado sobre a escolha, afirma que foi coerente, ficou no PDC até que ele fosse extinto. "O PDC era uma somatória de gente", divaga. "Eu sempre fui fiel a meus princípios. Eu não mudei, continuei defendendo o que sempre defendi", finaliza.



O parlamentar discursa na Tribuna do Plenário da Assembléia, em 1972

No dia 28 de setembro de 1965, Sólon apresentou o Projeto de Lei nº 1262/65, que dispunha sobre a colocação de placas nas obras públicas do Estado. Em seu artigo 1º colocava: “Em todas as obras públicas já inauguradas ou que vierem a ser inauguradas, o Estado colocará, em lugar visível, uma placa permanente com os seguintes dizeres: “Construído no regime democrático, com o dinheiro do povo, pelo Governo do Estado, eleito pelo povo”. Em sua justificativa lembra a necessidade de defender e divulgar o regime democrático: “É preciso lembrar constantemente a todos que, não obstante as imperfeições do regime democrático, há muita coisa de bom, inclusive, no plano material, que é muito mais ostensivo, construído no sistema da democracia, em que os governos são eleitos pelo povo.” Encerra sua justificativa argumentando: “Há numerosos recursos de que nos devemos valer para educar politicamente o povo e promover o regime. Grande ou pequeno, este é um deles.”

No seu último mandato Sólon Borges participa do grupo denominado “Arena de Vanguarda”, formado pelos deputados estaduais Felício Castelano, funcionário público com trabalho na área de educação social; Marco Ântonio Castelo Branco e Armando Pinheiro, advogados; Paulo Kobayashi, professor de Geografia, Política Internacional e Economia Brasileira, e ele. Os principais objetivos do grupo eram normalidade institucional, “dentro de um processo democrático compatível com a realidade brasileira”, eleições diretas em todos os níveis, pluripartidarismo e ativa política social-democrática no governo.

A formação do grupo coincide com a ascensão eleitoral da oposição ao regime militar, representada pelo MDB. Em entrevista concedida ao jornal *O Globo*, de 16 de outubro de 1977, o grupo afirma seu compromisso com a “total volta do estado de direito”. Sólon lembra que para tanto está implícita a revogação do AI-5¹¹ e outros atos de exceção e sua substituição por instrumentos de defesa da soberania nacional, nos moldes e nos padrões de democracia mais adiantada que a nossa.

Sólon conclui a entrevista conjunta com a seguinte declaração:

“Nós temos de partir dos maiores acontecimentos sócio-políticos deste século. O último deles foi a revolução socialista. Nós não vamos repetir a revolução socialista, mas vamos aproveitar a experiência de outros povos e partir para uma democracia social. O impulso do homem para a liberdade é incoerível. Mas a problemática social é prioritária. No Brasil de hoje nós estamos preocupados com a ordem jurídica porque é o que mais carecemos. Mas isso não esgota as nossas necessidades. A ordem política é mais complexa do que a ordem jurídica. No momento nós precisamos de uma ordem jurídica, de uma normalidade, sobre a qual, depois, vamos construir uma democracia social.”

Os cinco parlamentares ligados à “Arena de Vanguarda” eram caracterizados, em charges publicadas em jornais e revistas, como leões, como mosqueteiros, tinham o apoio da ala jovem do partido e eram assessorados por jovens universitários. O grupo quebrava a hegemonia do governador Paulo Egydío Martins dentro da bancada estadual

Acervo Sólon Borges dos Reis - Visão, 28/11/1977



Charge publicada na revista Visão caracteriza os deputados da Arena de Vanguarda: Sólon Borges, Felício Castelano, Armando Pinheiro, Paulo Kobayashi e Marco Antonio Castelo Branco



Identidade profissional de 1946, do Diário de São Paulo

da Arena e em vários momentos representaram a pedra no caminho dos governistas. Vivíamos a última década da ditadura militar.

As atividades parlamentares e a intensidade do debate político não afastaram Sólon da carreira literária, no período publicou os livros *A maior herança* (1965); *Lira da América* (1973) e *Crise Contemporânea da Educação* (1978), livro que recebeu menção honrosa do Pen Center.

ATUAÇÃO PARLAMENTAR

Ao longo de sua estada na Assembléia Legislativa, o deputado estadual aprovou 329 leis. Delas, 281 são diretamente ligadas à educação, 253 denominando escolas, 28 sobre temas específicos da área, dos quais 10 que criam escolas. As outras 48 leis propostas pelo parlamentar abordam temas gerais, entre eles o que dispõe sobre o controle da potabilidade da água, através da obrigatoriedade da análise física, química e bacteriológica e 29 leis de declaração de utilidade pública.

Em suas proposições destaca-se a preocupação constante com a integração dos portadores de deficiência auditiva no sistema educacional; a ação conjunta das Secretarias da Agricultura e Educação no incentivo ao ensino rural; o acesso dos servidores aos recursos do Instituto de Previdência do Estado (IPESP); a regionalização do atendimento hospitalar aos servidores estaduais; o policiamento nas escolas; a questão do transporte coletivo e o seu constante apoio aos ex-combatentes brasileiros da Segunda Guerra Mundial.

Em moção apresentada em 1970 (nº 54/70), apela ao Governo Federal no sentido de que o Ministério

da Saúde adote providências a fim de obrigar o comerciante de medicamentos a anotar, no verso da receita de psicotrópicos, o documento de identidade do comprador. Antecipou-se aos dispositivos legais que prevêem o uso de medicação controlada.

Sólon Borges dos Reis foi membro efetivo da Comissão de Educação e Cultura de 1959 a 1963, por cinco anos consecutivos. Neste período a escolha dos membros das comissões era anual. Voltou a compor a Comissão de Educação e Cultura, como membro titular, em 1967. Em 1968 foi novamente indicado como membro titular da Comissão, permanecendo até 1970, quando as Comissões tiveram nova nomenclatura e a Cultura passou a integrar, junto com Esportes e Turismo, nova comissão. No período de 1970 a 1972, Sólon integra a Comissão de Educação como membro efetivo. No biênio 77/78 foi reconduzido à comissão como membro titular, mas renunciou em favor do deputado Adib Razuk.

No período em que integrou as Comissões de Educação e Cultura e, posteriormente, Educação, o deputado Sólon Borges dos Reis foi presidente das mesmas nos anos de 1960; 1967; 1968 até 1970; 1971 e 1972¹².

Em 1971, Sólon assumiu o cargo de editor-chefe do *Jornal dos Professores*, se mantendo na função até 1997. Desde 1978 é membro da Academia Paulista de Jornalismo. No seu 5º mandato consecutivo na Assembléia, Sólon decidiu candidatar-se à Câmara dos Deputados em 1978, mas só na eleição de 1982 conseguiu a segunda suplência, assumindo a vaga do deputado Celso Amaral em novembro de 1985, sendo efetivado em março de 1986, com a saída do deputado Mendonça Falcão.

Com o fim do bipartidarismo e a reformulação partidária, em novembro de 1979, Sólon filiou-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ao qual manteve sua filiação. De 1980 a 1983, foi redator-chefe do semanário paulistano *O Povo*. Em 1983 tornou-se membro do Conselho Estadual de Educação, no Governo Franco Montoro, deixando o cargo em 1986.

Em 1984, participou da Assembléia Anual da Confederação Mundial de Organização dos Profissionais do Ensino (CMOPE), em Togo. Em

1986, participou do Congresso de Pedagogia em Havana, Cuba; foi delegado do Brasil da União Interparlamentar no Conferência de Bangcoc, na Tailândia, e tornou-se segundo vice-presidente da Ordem Nacional dos Escritores, cargo que exerceu até 1988.

Elege-se deputado federal constituinte, na eleição realizada em 1986 e assume o mandato no início do ano seguinte. Em 1990 se reelege deputado federal, licenciando-se do cargo em dezembro de 1992.

Nesse período publica os livros *Oceano Sob a Pele* (1984); *ABC da Constituinte* (1985); *Carrossel do Tempo* (1985); *Condição Humana* (1985), que recebeu o prêmio Pen Center de São Paulo; *Poesias infantis* (1990); *Educação Política – Educar para a Liberdade, Educar para a Responsabilidade* (1990); *Semente de ouro* (1992) e *Poemas da adolescência* (1992).

Durante seus mandatos, foi vice-presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, e suplente da Comissão de Relações Exteriores, no período de 1986 a 1990; foi relator da CPI destinada a investigar a aplicação dos recursos federais no ensino, provenientes da Emenda Calmon, no período de 1987 a 1989, e integrou a Procuradoria Parlamentar da Câmara Federal de 1991 a 1992.

Na Constituinte fez parte da Comissão de Redação, responsável pelo texto final da Constituição Brasileira, aprovada em 1988. Chefiou, em 1990, a delegação brasileira no Congresso International de Ensino, no Japão. Em 1991, foi membro da Federação Nacional dos Jornalistas.

Em outubro de 1992, Sólon elege-se vice-prefeito de São Paulo, na chapa encabeçada por Paulo Maluf, assumindo a vice-prefeitura e o cargo de Secretário Municipal da Educação no dia 1º de janeiro de 1993. Por duas vezes assumiu a prefeitura de São Paulo, por impedimento do prefeito. A primeira de 27 de outubro a 22 de novembro de 1993 e a segunda de 13 de abril a 7 de maio de 1995. Foi membro do conselho curador da Fundação Padre Anchieta (Rádio e TV Cultura, canal 2, São Paulo), no período de 1993 a 1996.

No dia 8 de julho de 1994, morre sua esposa, Adiléia Borges dos Reis. Terminado o mandato na prefeitura, em dezembro de 1996, Sólon deixa a carreira política. Em 1996, Sólon publicou os livros *O tempo: Via e Viagem*, de poesias, e os infantis *A coruja e Frutos e Frutas*.

UMA VIDA DEDICADA À EDUCAÇÃO

O encerramento da carreira política, não afastou Sólon Borges dos Reis da luta que norteou sua vida: a Educação. Em 1998 é eleito presidente da Academia Paulista de Educação, cargo que ocupou até 2002. Deu continuidade ao trabalho iniciado em 1947, assumindo a presidência da União Paulista de Educação, e do recém criado INESTE, Instituto de Estudos Educacionais Sud Mennucci, cujo o objetivo é proporcionar maior qualificação cultural e pedagógica aos professores e às escolas.

Diariamente o professor cumpre sua jornada de trabalho no INESTE e se orgulha ao falar das atividades desenvolvidas. O Instituto incentiva e apóia estudos e iniciativas que promovam a melhoria das instituições educacionais. “Mantemos abertas ao público, gratuitamente, biblioteca e hemeroteca com quase 17 mil volumes especializados em ensino e magistério”, relata. “Além dos títulos registrados, classificados e catalogados, no INESTE os interessados têm acesso ao setor de biografias, da História de São Paulo e dos 645 municípios paulistas”, conclui.

Sólon carrega alguns sonhos, como o de divulgar a Constituição a todos os cidadãos brasileiros, para que tenham acesso ao texto legal, e o de ver priorizados os recursos para erradicar o analfabetismo.



Cartaz de divulgação do III Congresso Normalista Rural, realizado em Casa Branca, em outubro de 1949

tismo no País. "Partindo do princípio de que só se pode estimar e apreciar aquilo que se conhece, conhecer é necessário." ¹³

O professor Sólon Borges dos Reis é membro da Academia Paulista de Jornalismo, onde ocupa a cadeira nº17, desde 1978; Presidente de Honra da Ordem Nacional dos Escritores; membro da Academia Paulista de Letras, ocupando a cadeira 37; membro da Academia de Letras da Grande São Paulo, cadeira 14; membro da Academia Lusíada de Ciências, Letras e Artes, cadeira 47; membro da Academia Paulistana de História cadeira 29; membro da União Brasileira dos Escritores; membro da União Brasileira de Trovadores (SP); sócio emérito do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo; sócio dos Institutos de História e Geografia de Sorocaba, Piracicaba, em São Paulo, e Arceburgo, em Minas Gerais, e sócio das Academias Campinense e Taguatinguense de Letras.

Sua extensa carreira como político deixou um grande legado. "Sem liberdade para poder escolher e educação para saber escolher, não há democracia." Sua carreira como educador nos ensina que "Tudo o que merece ser feito merece ser bem

feito" e que "Feliz aquele que vai ao trabalho como quem vai para o lazer". Citar suas frases são um incentivo a lembrar que este homem, aos 87 anos de vida e uma obra edificada, não se dá por satisfeita, prepara um livro sobre Educação que deve ser publicado ainda em 2004; trabalha com paixão e resume: "Nunca perguntei a ninguém por que não se aposenta. Quanto mais os anos nos alcancem, mais temos necessidade de motivação."

"Certa vez na Grécia antiga, chegando a um espetáculo, em Atenas, um velho não encontrou lugar. Percorrendo o recinto à procura de assento, atravessou as arquibancadas em vão. Até que, chegando a um ponto onde estavam sentados diversos espartanos, estes se levantaram e cederam-lhe o lugar. O gesto chamou a atenção de todos, e os presentes, admirados, aplaudiram. Vendo isto, um dos espartanos virou-se para o público presente e exclamou: – Os atenienses sabem que se deve respeitar a velhice. Mas, nós, espartanos, respeitamos a velhice.

Este episódio da antigüidade clássica exemplifica bem o que é educação. Não é a notícia que se tem do valor. É o hábito de viver esse valor."¹⁴

ANEXO

"Educação Pesquisa Educacional Realizada no Interior do Estado

A preferência, por matérias, dos alunos dos cursos primário, secundário e normal

O professor Sólon Borges dos Reis, que ocupa agora o cargo de assistente geral da Escola Normal "Álvaro Guião" de São Carlos, enviou-nos o resultado de uma investigação realizada no tempo em que residia na cidade de Casa Branca. Sendo de grande interesse para o ensino trabalhos dessa natureza. Infelizmente muito raros entre nós, é com prazer que publicamos. (...)

Procuramos conhecer a preferência dos escolares pelas matérias do respectivo curso. Tentando isso em abril e maio do corrente ano, levamos a efeito uma investigação entre alunos de três cursos: primário, secundário fundamental e de formação profissional do professor primário. Dentre as disciplinas do respectivo programa, desejamos conhecer a predileta do estudante, principalmente entre as crianças dos grupos escolares e das escolas isoladas.

Logramos consultar, no Estado de São Paulo, 16.986 escolares, dos quais 15.581 de escolas primárias, 1.088 de curso secundário fundamental (ginásio ou curso fundamental de Escola Normal) e 317 alunos do Curso de Formação Profissional do Professor Primário, de escolas normais oficiais.

A pesquisa abrangeu escolas estaduais e municipais de 17 municípios paulistas, com 35 distritos, atingindo 28 grupos escolares, 161 escolas isoladas, quatro cursos ginasiais e quatro cursos profissionais, num total de 471 classes, incluindo zona urbana e rural.

Dos 16.986 estudantes consultados, 8.958 eram do sexo masculino, e 8.028 do sexo feminino. No curso primário, 8.343 meninos e 7.238 meninas; no ginasial 558 rapazes e 530 moças e no profissional 57 rapazes e 260 moças.

O trabalho estendeu-se a escolas dos seguintes lugares: Caconde, Cajuru, Casa Branca, Cássia dos Coqueiros, Campinas, Catanduva, Cruz da Esperança, Bento Quirino, Gramá, Itaiquara, Mocóca, Pirassununga, Rio das Pedras, Santa Rosa, Santo Antonio da Alegria, São José do Rio Pardo, São Simão, Serra Azul, Tambaú, Tapiratiba, Vargem Grande e respectivas zonas rurais. (...)

O Método

As respostas dos escolares à nossa pergunta da disciplina preferida, dentro do curso que freqüentam, foram apuradas por grau de adiantamento, sexo, natureza da escola, sua localização em zona urbana ou rural. Antes de mais nada, o que logo constatamos foi que não houve influência da aula do momento em que se realiza o inquérito, ou do professor que o executou. (...)

Resultados no Curso Primário

O inquérito nas escolas primárias revelou uma preferência de 19,35% das crianças pela Aritmética, disciplina apontada por 3.015 alunos, dos quais 1.152 nas escolas isoladas e 1.863 nos grupos escolares. (...) A Leitura tem na nossa sindicância, a preferência de 17,93% (2.794 crianças, sendo 1.341 de escolas isoladas e de 1.453 de grupos escolares), e a Linguagem Escrita, 15,13% (2.358 crianças, sendo 1.027 de escolas isoladas e 1.331 de grupos escolares). (...) Essa preferência de 8.167 crianças, ou seja 52,41% do total, pelas três importantes matérias do programa paulista, Aritmética, Leitura, Linguagem Escrita (...) Os demais 47,59% das crianças consultadas repartiram suas preferências pelas 11 matérias restantes do programa, acrescentando ainda gosto particular pela Religião, que aparece como predileta de 146 escolares. (...) A História do Brasil, outra matéria, pela sua natureza, muito querida do espírito infantil, é muito mais apreciada na cidade (805 crianças) do que na roça (249 crianças). (...) Por fim mostraram-se muito diminutas as preferências pela Instrução Moral e Cívica (0,53%) cujo ensino não é ainda entre nós, por causas várias, o que deve ser, malgrado o esforço incontestável das autoridades competentes. (...)

Em 15.581 crianças consultadas, apenas 46 na roça e 38 na cidade, embora consultássemos mais crianças na cidade que na roça, lembraram-se de responder pela Instrução Moral e Cívica, o que nos faz sentir de maneira eloquente, com agravante das poucas preferências pelo ensino de História, e principalmente de Geografia, a imperiosa necessidade de uma reação forte, visando o incremento prático desses importantes estudos na escola primária brasileira. O ensino de Lições de Coisas (Ciências Físicas e Naturais nas últimas classes) não tem, pelo que mostram os resultados desse modesto e imperfeito inquérito, empolgado a escola primária, como fora necessário, notadamente na zona rural, pois foi lembrada por 79 crianças das escolas isoladas e 194 dos grupos escolares. O sentido prático experimental, objetivo e ativo da nova escola brasileira, ainda tem necessidade de ser mais acentuado, principalmente nas regiões rurais onde compete à escola, numa ação social proveitosa, melhorar o trabalhador e procurar fixá-lo ao meio em que deve viver.

Nos estabelecimentos ginásiais, mais de 20% dos estudantes consultados declararam que mais apreciam as aulas de Geografia, seguindo-se História da Civilização, Português e Matemática. As preferências pela Física, pela Química, pela História Natural, tão de se desejar num país novo e cheio de possibilidades como é o Brasil, são, infelizmente, pequenas por este rápido inquérito, não somando as três 10% das respostas. (...)

No Curso de Formação Profissional do Professor Primário, nas escolas normais Psicologia e Sociologia foram, respectivamente, as matérias preferidas, a primeira com a predileção de 77 normalistas e a segunda com a predileção de 68. Seguindo-se-lhes Biologia, com 50 e História da Educação, com 47. Dos 317 normalistas consultados, apenas 26 disseram preferir a Prática do Ensino, disciplina primordial no curso em apreço, e que só foi apontada por 6 rapazes e 19 moças. Apenas 8% dos futuros professores interrogados, segundo esta consulta, se agradam, em primeiro lugar, da Prática, ou seja, da matéria cujo conhecimento constitui, na verdade, o objetivo próximo e real dos seus estudos, conhecimento esse de cujo êxito depende toda a sua carreira futura."

[Trechos da matéria Publicada no Jornal O Estado de São Paulo, no dia 23 de novembro de 1940, que reproduz texto encaminhado pelo professor Sólon Borges dos Reis, responsável pela pesquisa realizada em 17 municípios paulistas.]

NOTAS

¹ Educador, em 1930, participou da criação do Centro do Professorado Paulista (CPP), o qual presidiu entre 1933 e 1948. Em 1931, foi nomeado Diretor Geral do Ensino de São Paulo. Deu especial atenção ao ensino rural. Entre 1943 e 1945, foi nomeado Chefe do Departamento de Educação, tendo instituído cursos de especialização em práticas agrícolas para professores.

² Dainis Karepovs, Álvaro Weissheimer Carneiro e Olívia Gurjão.

³ Artur de Sacadura Freire Cabral (1881/1924) e Carlos Viegas Gago Coutinho (1869/1959).

⁴ Citação do poema *No fim do caminho*, de seu livro *O Tempo Via e Viagem*.

⁵ Trecho extraído de entrevista concedida ao jornal *Folha da Noite*, publicada na edição de 16 de novembro de 1936.

⁶ José Carlos de Ataliba Nogueira, educador e jurista, iniciou sua carreira como professor. Foi Deputado Federal por São Paulo e membro da Assembléia Nacional Constituinte de 1946; Secretário de Educação do Estado de São Paulo no Governo Adhemar de Barros (1964) e Secretário da Justiça.

⁷ Durante a intervenção federal, em decorrência da Revolução Constitucionalista, Fernando Azevedo assume a diretoria do Departamento de Educação (janeiro a julho de 1933) e converte a Diretoria Geral do Ensino em Departamento de Educação Pública; institui a carreira do magistério primário; reorganiza o aparelho escolar e expande os serviços técnicos. Fernando Azevedo e Lourenço Filho são apontados por Sólon Borges como os dois grandes dirigentes da Educação no País. Os dois educadores foram responsáveis pela criação de uma Escola Normal Superior. Lourenço Filho transforma a Escola Normal da Praça da República em Instituto Pedagógico, em 1931, e Fernando de Azevedo cria o Instituto de Educação, em 1933, ambos idealizados como centro de investigação aplicada e formação de profissionais do ensino dotados de consciência técnica.

⁸ A candidatura Jânio Quadros ao governo do Estado de São Paulo causou uma crise entre o diretório regional e a direção nacional do PDC, ao qual Sólon se filiará posteriormente. O diretório paulista resolveu retirar a candidatura de Jânio Quadros, com o suposto objetivo de marcar um estilo não-eleitoralista de participação política. O diretório nacional rechaçou a proposta paulista e propôs a dissolução do diretório regional, a expulsão de Franco Montoro e a renúncia de Queirós Filho, ambos da direção do PDC no Estado. Só não alcançou seu intento por força do Tribunal Eleitoral, que manteve a candidatura de Jânio, mas não concordou com as demais medidas. Eleito Jânio Quadros, Queirós Filho deixa sua cadeira na Câmara Federal para assumir a Secretaria de Justiça e Negócios Interiores.

⁹ Carlos Alberto Carvalho Pinto havia assumido, em 1953, a Secretaria de Finanças do Município de São Paulo, na gestão Jânio Quadros, indicado por Queirós Filho.

¹⁰ A política brasileira, no início da década de 60 foi bastante conturbada. O presidente eleito, Jânio Quadros, que teve apoio do PDC, renunciara ao seu mandato e havia controvérsias sobre a posse do vice-presidente, João Goulart. O Congresso decidiu, então, por proposta apresentada pelo PDC, alterar a Constituição para que se implantasse no país o regime parlamentarista, defendido pelo partido. No dia 2 de setembro de 1961 foi aprovada a emenda Constitucional nº4, que instaurou o novo regime e no dia 7 de setembro toma posse João Goulart. Franco Montoro, então líder do PDC na Câmara, faz parte do ministério parlamentarista, chefiado por Tancredo Neves, assumindo a pasta do Trabalho. Nas eleições de 1962, o PDC obteve grande crescimento eleitoral: elege 19 deputados federais e fortalece sua representação nos estados. Sólon se elege deputado estadual com 19.116 votos.

¹¹ O Ato Institucional nº5, de 13 de dezembro de 1968, foi o instrumento utilizado pelos militares para aumentar os poderes do presidente, autorizando-o a decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores; intervir nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição; suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos; cassar mandatos eletivos; decretar o estado de sítio, entre outras medidas.

¹² O deputado Sólon Borges também foi membro efetivo da Comissão de Serviço Civil nos anos de 1960 e de 1963; da Comissão de Constituição e Justiça no biênio 1975/76 e foi indicado à Comissão de Redação no biênio 1977/78, renunciando em favor do deputado Ricardo Izar.

Como membro substituto, participou da Comissão de Saúde e Higiene e da Comissão de Redação em 1959; da Comissão de Finanças nos anos de 1960 a 1963; da Comissão de Serviço Civil em 1970 e da Comissão de Cultura, Esportes e Turismo nos biênios 1971/72 e 1973/74. Também integrou, como membro substituto, a Comissão de Cultura, Ciência e Tecnologia, a Comissão de Assuntos Metropolitanos e a Comissão de Administração Pública no biênio 1975/76, e foi indicado à Comissão de Segurança Pública no biênio 1977/78, tendo renunciado a favor do deputado Ademar de Barros.

¹³ Reis, Sólon Borges dos. *Educação política: educar para a liberdade, educar para a responsabilidade*. São Paulo, Pannartz: União Paulista de Educação, 1990, p.14.

¹⁴ *Idem*, p.8.